XXIII Seminário de Iniciação Científica
XX Jornada de Pesquisa
XVI Jornada de Extensão
V Mostra de Iniciação Científica Júnior
V Seminário de Inovação e Tecnologia

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XX Jornada de Pesquisa

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO POLITICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR[1]

Lidiane Carine Neuhaus Padilha[2], Eliana Aparecida Cadona[3].

[1] O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO POLITICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
[2] Aluna da Unijui no periodo de 1999 e 2006, curso Nutrição
[3] Ex aluna da Unijui

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO POLITICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
Lidiane Carine Neuhaus Padilha, Fernanda Hart Weber, Fernanda Leal Leães, Eliana Aparecida Cadoná

INTRODUÇÃO

O direito do ser humano de se alimentar regularmente e adequadamente não deve ser produto da benemerência ou resultado de ações de caridade, mas sim, uma obrigação que é exercida pelo Estado que, em última análise, é a representação da nossa sociedade (BELIK,2003). Nos últimos anos, a luta contra a fome, resultante de um processo histórico de mais de décadas de mobilização social, teve um grande marco que foi a criação do Programa Fome Zero, implementado por meios de instrumentos de políticas públicas. Pode-se afirmar que o PAA, como o PRONAF, é um programa constituído pela mobilização social e o aprimoramento da articulação intersetorial das políticas públicas diferenciadas para a agricultura (ZIMMERMANN, 2007).

O Programa de Aquisição de Alimentos, instituído através da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 7 de maio de 2008, é uma das ações da Estratégia Fome Zero que apoia às entidades sócio assistenciais e programas sociais locais (DELGADO et al.). Este apoio se dá por meio da distribuição de alimentos adquiridos dos agricultores familiares, com quantidade, qualidade e regularidade, atestados pelos órgãos de inspeção federal, estadual ou municipal quando se tratar de produtos de origem animal. O Programa incentiva a diversificação das atividades, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive aqueles oriundos da agro biodiversidade brasileira (MDS, 2008).

O Programa em síntese de uma política agrícola visa adquirir a produção de agricultores habilitados ao PRONAF, dando a eles incentivo ao desenvolvimento de canais de comercialização para a produção familiar e, sobretudo, motivar os agricultores mais pobres a garantir a própria segurança alimentar com oportunidades de venda da produção excedente. Como política de segurança alimentar e nutricional, tem por fim manter a regularidade dos estoques de gêneros para atender a demanda de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, creches, asilos,

instituições filantrópicas e outros programas alimentares de caráter governamental ou não, voltados para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.
O objetivo deste relato é analisar o acesso e a garantia do direito à alimentação, reconhecido como o contraponto da fome, através de uma política pública, e suas atividades desenvolvidas no município de Tiradentes do Sul/RS.

2- METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Tiradentes do Sul/RS. Estando localizado na mesorregião Noroeste Colonial e na microrregião Celeiro, o município conta com 6.484 habitantes segundo o Censo Demográfico do ano de 2013, em uma área de 233,33 km2 (IBGE – 2013).
Nesse contexto o predomínio da pequena propriedade familiar rural foi uma constante, porem sempre aliado as dificuldades de comercialização dos excedentes da produção de subsistência, tal fenômeno obrigou durante anos os camponeses a adotarem como principal fonte de renda a prática da monocultura, estabelecida esta, com a Revolução Verde, em grande escala após a Segunda Guerra Mundial, necessitando de grandes áreas de terra, sendo essas com características de máquinas agrícolas e a intensa de mecanização, no município de Tiradentes do Sul por não apresentar essas características acabou por sofrer o processo de empobrecimento rural.

3-RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação do PAA no município vem como um "divisor de águas" para os produtores, com novas formas de produção, visando a diversificação com o fortalecimento de um canal de comercialização direto ao consumidor, para o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo, com o processo final de agregação de valor.

Além dos impactos favoráveis aos preços e a renda agropecuária, o PAA ainda vem contribuindo para a organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que alcança. Isso porque a compra dos alimentos não desobriga os vendedores do comprimento das regras de classificação, acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos (IPEA, ANO).

Outro aspecto positivo é o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo, fatores que extrapolam para o comercio local. Há registros da estruturação de produtores para o abastecimento de outras praças, além daquela em que a produção está sendo apoiada pela PAA. Cada projeto elaborado é formado pela relação dos beneficiários, relação dos fornecedores e ainda uma relação dos produtos que se pretende formar a cesta. Todo processo de composição desta, perpassa pela análise da oferta de produtos e por um plano de balanceamento nutricional que deve ser feito por profissional técnico habilitado.

Estabelecido no município o no ano de 2007, o primeiro projeto teve como público envolvido cerca de cem famílias beneficiário-consumidoras e cerca de trinta e sete famílias de agricultores como fornecedores/produtores credenciados. Ao longo do desenvolvimento do PAA, quatro projetos foram realizados no município. Conforme dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do

Município de Tiradentes do Sul/RS, nos anos de 2007/2008 foram aplicados R$ 124.800,00, contando com cem beneficiários, contando com trinta e sete fornecedores. Para os anos de 2009/2010, foram aplicados R$ 105.000,00, com setenta e cinco beneficiários e cinqüenta e cinco fornecedores. Para o ano de 2011, R$ 155.000,00 foram destinados ao programa, atendendo setenta e cinco beneficiários com cinqüenta fornecedores. Nos anos de 2012/2013 foram aplicados R$ 185.000,00 com cinqüenta e cinco beneficiários e trinta e seis fornecedores.

É possível observar que devido à execução do programa houve uma injeção de R$ 569.800,00 (Quinhentos e sessenta e nove mil e oitocentos reais) na economia do município no período de 7 anos. Tomando por base o valor atual do PIB do município que é de R$ 59. 530.056,00 mil (IBGE/20085),esse valor significa 0,95 % de todo o Produto Interno Bruto.

Pode-se observar que ocorreu uma evolução da diversificação da produção, comprovada através do gráfico informativo do número de itens declarados como produzidos. Observando que, no ano de 2008 eram declarados 21 itens produzidos, em 2009 - 24 itens, em 2010 – 46 itens, em 2011 - 36 itens, em 2012 – 40 itens, em 2013 – 43 itens. Sendo que, essas informações são obtidas a partir das informações constantes nos blocos de produtores do município.

A implantação do PAA desencadeia uma grande diversificação das produções que chega a dobrar o número de produtos declarados no período de apenas sete anos, e apresenta o incremento de produtos como: massas alimentícias, pães, bolos, cucas, bolachas, biscoitos, mandioca, feijão, pepinos, ovos, cenouras, beterrabas, queijos dentre outros que compuseram as cestas, que antes da implantação do programa no município, nem sequer apareciam no mesmo. Tal referencia indica a melhora da oferta de alimentos no município em qualidade e quantidade.

O fenômeno que o programa desencadeou no seu território de abrangência vai além da produção simplesmente agropecuária, mas chega ao processo de agroindustrialização. Com a proposta de melhorar a oferta e a diversidade de produtos e com uma venda praticamente garantida, alguns produtores investiram, com o apoio do poder público, na construção de agroindústrias familiares. Atualmente o município dispõe de 01 abatedouro, 01agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, 01 agroindústria de panificados, 01 entreposto de ovos e 01 agroindústria de derivados de leite, todos habilitados nos respectivos órgãos de inspeção sanitária, o que reforça a segurança alimentar dos consumidores.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação do programa a agricultura familiar conta com uma política pública que estimula a diversificação na produção agrícola. A partir deste momento houve maior incentivo do governo, para que os produtores rurais ampliassem o cultivo, antes só restrito a culturas como soja, trigo e milho, para a produção de alimentos, não somente para seu sustento, mas também para incrementar a cesta básica aos beneficiários do PAA.

Observou-se que para a maioria das famílias atribuem o PAA a grande mudança ocorrida nas propriedades, diversificação produtiva, melhoria das propriedades, implantação de agroindústrias, implementos agrícolas, segurança alimentar e nutricional, combate a fome, dos beneficiários que estão em estado de vulnerabilidade.

Com isso oportunizou aos pequenos agricultores a melhora no padrão de vida e de consumo, esta longe da teoria que o pobre não precisa de uma alimentação saudável e de boa qualidade para os beneficiários do PAA e do conforto e praticidade nas propriedades e nas agroindústrias dos produtores desses alimentos.

PALAVRAS-CHAVE- Segurança Alimentar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Agricultura Familiar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELGADO, Guilherme. C., CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R; OLIVEIRA, Jader J dos. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Brasília: IPEA. 2005.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, no texto para discussão n° 1145, Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), 2005.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
Orientação aos Territórios da Cidadania para o envio de propostas para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, do Programa de Acesso à Alimentação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. 2008.

TAKAGI, M.; DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. O Programa FomeZero dois anos depois. Disponível em:
<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/seguridad/ingreso/pdf/zero-por.pdf>. Acesso em:09 de março de 2009.

Tiradentes do Sul (RS). Prefeitura. 2011. Disponível em: http://www.tiradentesdosul.rs.gov.br. Acesso em: Agosto 2014.
S
ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; LIMA, Jônia Rodrigues.Direito humano à alimentação e terra rural. Curitiba: PlataformaDhesca Brasil, 3. v. 2008.